

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 103  
Fevereiro – 2009

## SUMÁRIO

- 3 **Estados Unidos: o desequilíbrio entre os poderes**  
*United States: unbalance among powers*  
VIRGÍLIO ARRAES
- 5 **Inovação metodológica sobre a crise financeira internacional: Keynes visita Beijing**  
*Methodological innovation over the international financial crisis: Keynes visits Beijing*  
JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO
- 10 **Eleições europeias: um Parlamento Europeu forte atrai os eleitores?**  
*European elections: does a strong European Parliament attract voters?*  
OLIVIER COSTA
- 12 **Crise Econômica Global e os Riscos da Escalada do Protecionismo para os Países em Desenvolvimento**  
*Global Economic Crisis and the Risks of protectionism for developing countries*  
HENRIQUE ZEFERINO DE MENEZES
- 16 **Colômbia 2010: Guerra, Paz e Eleições**  
*Colombia 2010: war, peace, and elections*  
LUIZ ANTÔNIO GUSMÃO
- 18 **O fechamento da prisão de Guantánamo e os desafios da nova política externa estadunidense**  
*The closure of the Guantánamo prison and the challenges of the new American foreign policy*  
JULIA FARIA CAMARGO; ELÓI MARTINS SENHORAS
- 21 **A Reforma do Sistema Financeiro Internacional: uma questão de política internacional**  
*Reforming the International Financial System: an issue of international politics*  
GUNTHER RUDZIT; OTTO NOGAMI
- 24 **Uma política de defesa nacional**  
*A National Defense Policy*  
JOÃO FÁBIO BERTONHA
- 29 **Globalização e Corrupção**  
*Globalization and Corruption*  
MARCO CEPIK; HELENA JORNADA; LUIZA SCHNEIDER
- 32 **Reversões na política energético-ambiental estadunidense: do estado de *laissez-faire* ao green enforcement**  
*Reversion in the US energy and environmental policies: from the state of laissez-faire to green enforcement*  
PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO; ELÓI MARTINS SENHORAS

## Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 103 – Fevereiro – 2009

### Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
  - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
  - b. Título em inglês;
  - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

### O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

### Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2008 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

### Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

# Estados Unidos: o desequilíbrio entre os poderes

## *United States: unbalance among powers*

VIRGÍLIO ARRAES\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 3 a 4]

Na maior parte dos seus oito anos de mandato, o Presidente George Bush pôde exercer poderes quase imperiais, em decorrência do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 a Nova York e, mais tarde, de duas guerras na Ásia.

Destaque-se que eventos da política externa propiciaram a Bush a legitimidade que as urnas lhe haviam negado, ao obter, na disputa eleitoral de 2000, votação popular inferior à de seu contendor democrata, Al Gore. Ainda assim, ao entregar o poder a seu sucessor, Barack Obama, o resultado de sua dupla gestão foi funesto, apesar da constante boa vontade dos outros dois poderes, em especial o Judiciário.

De fato, o predomínio político do Executivo passou a ser questionado no Legislativo, de maneira mais presente, somente às vésperas de iniciar-se o processo sucessório da Casa Branca. Lá, os democratas, constatada a dificuldade de condução dos confrontos contra o Afeganistão e contra o Iraque pelos republicanos, adquiriram, mesmo tardiamente, envergadura para criticar a política externa.

No Judiciário, ao debruçar-se sobre a composição do Superior Tribunal, verifica-se que apenas dois – Ruth Ginsburg e Stephen Breyer – dos nove ministros até o final de 2008 haviam sido nomeados por Bill Clinton, o que permite comprovar um perfil muito mais conservador. O próprio Bush Jr., teve a oportunidade de nomear na segunda parte de seu mandato dois – John Roberts e Samuel Alito – o que reforçou o caráter reacionário daquela corte.

Curiosamente, a justificativa teórica da Casa Branca para o desequilíbrio, mesmo temporário, entre poderes foi remontar às origens do nascimento do país, quando dos debates constitucionais e das primeiras interpretações da Carta Magna.

Ressalte-se que uma das maiores preocupações dos pais fundadores era o estabelecimento da divisão vertical de poder, ou seja, a sua tripartição, nos moldes preconizados pelo Barão de Montesquieu no século XVIII, ele mesmo adepto da monarquia – principalmente no modelo inglês por causa de sua organização constitucional – por nela enxergar outra divisão: a horizontal, de forma que entre o soberano e os súditos haveria, em tese, ‘corpos privilegiados’, isto é, servidores ou setores palacianos que impediriam a concentração do poder em mãos de um apenas e, assim, o estabelecimento do absolutismo perene.

Baseado nas três principais tarefas do Estado – legislar, executar e julgar – Montesquieu, ao inspirar-se na Roma Antiga, desejou fixar a fórmula de garantia da liberdade política em uma monarquia, presume-se, de feitio constitucional: portanto, contrapor poderes parciais – organismos diferentes – de sorte que nenhum deles prevalecesse sobre os demais, o que asseguraria o equilíbrio institucional.

No caso dos Estados Unidos, os seus políticos foram além, ao recusarem-se, por exemplo, a subscrever a proposta de Alexander Hamilton, em 1787: o presidente teria sido algo próximo de um monarca, ao ser vitalício, nomear os secretários – hoje, equivalente a ministros – sem a aprovação do Senado, ter o poder de veto de leis sem contestação e, por último, ser o comandante-chefe absoluto em caso de guerra, uma vez aprovada a participação pelo Congresso.

Desta maneira, o país ter-se-ia transformado em uma ditadura ‘esclarecida’, centrada na figura de um estadista cativante. Embora a sua proposição não tenha granjeado o apoio necessário, Hamilton continuou a defender a primazia política do Executivo,

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

ao afirmar que o seu limite de poder deveria estar na Constituição de maneira expressa.

Como primeiro titular da Secretaria do Tesouro, Hamilton se tornou um dos conselheiros políticos mais importantes de Washington, mesmo em áreas originalmente fora de sua competência administrativa.

Contudo, os demais parlamentares concentraram-se para firmar um regime republicano, em que o supremo governante receberia o poder, não em virtude de herança ou do recurso à força, mas do consenso dos eleitores de segunda instância, os delegados, mas jamais de forma permanente para não prevalecer sobre os demais, detentores de mandatos fixos.

Recebido em 20/02/2009  
Aprovado em 28/02/2009

**Palavras chaves:** Estados Unidos, política interna, equilíbrio entre poderes

**Key words:** United States, internal affairs, checks and balances

**Resumo:** O artigo lembra o princípio de separação dos três poderes nos Estados Unidos, inspirado no Barão de Montesquieu. Trata do desafio do Presidente Obama de restaurar o equilíbrio de poderes.

**Abstract:** The article refers to the principle of separation of powers in the Unites States inspired by Baron de Montesquieu and discusses the challenge of President Obama to restore the balance of powers.



# Inovação metodológica sobre a crise financeira internacional: Keynes visita Beijing

## *Methodological innovation over the international financial crisis: Keynes visits Beijing*

JOSÉ RIBEIRO MACHADO NETO\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 5 a 9]

John Maynard Keynes (1883-1946), súdito britânico, nasceu em plena era vitoriana (1832-1901) e alcançou também a era eduardiana (1901-1914), cujo esplendor britânico – uma recente conseqüência da segunda Revolução Industrial – se faria presente em todos os quadrantes da civilização contemporânea. Dele, Keynes absorveu todas as facilidades para forjar, mais tarde, com êxitos subjetivos para a moderna economia. Esta, auxiliada pela matemática, filosofia e por outras ciências haveria de promover transformações e, ao mesmo tempo, substituições no pensamento econômico clássico, até então hegemônico nas relações entre o estado e os agentes produtivos responsáveis pela economia política contemporânea que privilegiava sobremaneira o capital, responsável pela construção da quase totalidade das relações sociais de produção em vigor.

Keynes, mantendo a tradição da emergente classe média vitoriana, estudou em Eton e no King's College, em Cambridge, onde se graduou em matemática. Discípulo de Alfred Marshall (1842-1924) – cujos haveriam de influenciá-lo a transladar-se para a economia – aceitaria plenamente o marginalismo que, além de motivá-lo propiciava-lhe também respostas a questões inerentes à produção, à demanda e à formação de preços e valores. Além disso, aproximava-o de justificativas teóricas sobre o excedente econômico. Para Keynes, esses elementos se interagiam no problema econômico, porém, ainda

sem a devida regulamentação a ser dada pelo estado, que mais tarde, haveria, felizmente, de preconizar.

Keynes, decano da moderna macroeconomia, pelo que se sabe, nunca foi um entusiasta ou, até mesmo, um simples admirador da realidade político-econômica e histórica chinesa, sendo, ao contrário, em relação à economia indiana. Portanto, e China tornaram-se, ao longo tempo, dois vocábulos independentes, duas coisas distintas e diametralmente opostas e, além disso, sempre distantes um do outro no que dizia respeito à construção de modelos de identidade sócio-econômica.

Ainda na fase capitalista mais recente da economia chinesa sob a influência do Generalíssimo Chang Kai-Shek (1887-1975), também não foram identificadas quaisquer manifestações que pudessem assemelhar a economia chinesa à britânica, não obstante a influência desta na administração dos principais portos chineses e de algumas companhias de comércio e, em menor escala, nas relações comerciais da China com o Ocidente.

Por outro lado, o de Keynes na literatura econômica ocorreu em 1913 com a publicação do livro . Tratava-se de um curto livro sobre a experiência funcional do autor no no período 1906-1908. Posteriormente, em 1919, Keynes obteria um relativo sucesso com a publicação de . Dessa feita, uma obra escrita sob forte clima emocional, uma espécie de reação ao posicionamento aliado em Versalhes, do qual o autor fizera parte e, por discordar das exigências

\* Doutor em História das Relações Internacionais e professor de Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil; professor voluntário do curso de Relações Internacionais e pesquisador colaborador do Centro Integrado de Ordenamento Territorial - CIORD da Universidade de Brasília – UnB (machadoneto@br.inter.net).

impostas à Alemanha pelos países vencedores teve que abandoná-lo, tornando-se a partir de então em um do mais severo crítico à paz armada imposta à Alemanha pelas nações vencedoras, em 1918.

Em 1921, após um longo esforço preparatório sobre ciência, economia, história e política, publicaria e, logo em seguida, em 1923, curtos esboços teóricos recheados de idéias novas sobre economia e governabilidade, aceitos pelos críticos como ensaios de grande influência para a realidade econômica do então pós-guerra. No início dos anos 1930 a extensão teórica seria implementada com a publicação de , obra de considerável amplitude analítica, quando comparada com os trabalhos publicados na década anterior.

Não obstante o sucesso de suas idéias inovadoras, mormente sobre os impactos dos gastos públicos na atividade econômica, explicitadas nas obras preliminares, Keynes não obteve a esperada acolhida pelas autoridades monetárias britânicas, fato que somente ocorreria após a publicação da sua Teoria Geral, em 1936. O cenário econômico mundial anterior à Teoria Geral teve suas origens na crise estrutural norte-americana do final dos anos 1920 – considerada por alguns como de liquidez do sistema monetário norte-americano – bem como de exaustão dos mecanismos de política econômica ortodoxos até então, comumente aceitos pelo sistema capitalista.

Para Keynes, o sistema capitalista ainda estava arraigado às teses liberais de Adam Smith (1723-1790) e ao monopólio neoclássico. As teses liberais, não obstante terem sido parcialmente modificadas por David Ricardo (1772-1823) e John Stuart Mill (1806-1873); e durante um prolongado interlúdio teórico esboçado por Karl Marx (1818-1883). Mesmo assim, ainda resistiam a sucessivas mutações que lhe eram impostas, tendo em vista o seu consistente arcabouço teórico e, também, a uma relativa submissão a efeitos de transformações das relações sociais de produção. Estas, por sua vez determinantes dos mecanismos de preços, dos salários, da acumulação de capital e da participação do estado na economia.

Os antecedentes da Teoria Geral não se centrariam na repulsa das teses mercantilistas e com maior ênfase no liberalismo apregoado por Smith. As questões ligadas ao equilíbrio geral e ao marginalismo

conduziriam as contribuições de Stanley Jevons (1835-1882); de Carl Menger (1840-1921), de León Walras (1840-1921), e de Alfred Marshall (1842-1924) à criação de um fardo teórico que limitava seriamente a plena independência dos mercados e a participação do estado na economia, bem como atenuava o exercício da Teoria Realista que considera o estado o principal agente no desenvolvimento das relações internacionais. Para Keynes – independentemente da Teoria Realista – as questões advindas do equilíbrio geral ou macroeconômico e do marginalismo, com maior ênfase no enfoque microeconômico – mercados e empresas e consumidores – tornar-se-iam pontos de vital importância para a derrogação dos fundamentos econômicos clássicos e para o esboço de uma nova teoria.

Posteriormente ao keynesiano, a seria publicada em 1936, após os primeiros ensaios de recuperação da economia dos EUA durante a Grande Depressão (1929-1933). Segundo Dillard (1971), da mesma forma que a Riqueza das Nações, de Adam Smith em fins do século XVIII e o Capital de Karl Marx, no final do século XIX, a Teoria Geral de Keynes tornar-se-ia o epicentro de uma polêmica meridiana entre escritores, profissionais ou não profissionais. A obra de Smith seria um vibrante repto ao mercantilismo, e a de Marx, uma crítica demolidora do .

O mérito outorgado a Smith e a Marx não seria alcançado pela obra de , apesar de extensa e de uma exacerbação pragmática e transformadora. Além do espaço e da temporalidade, a obra do líder chinês, em muitas passagens, parece-nos quase sempre exigir a troca do arcabouço filosófico e ideológico por uma praticidade transformadora localizada. Esta por sua vez, passaria a fechar o espaço da , tornando-a válida e até mesmo magistral em determinados momentos, considerando-se os níveis de escolaridade e de aculturação das populações dos grandes centros chineses.

Para o pensamento econômico contemporâneo a de Keynes transformaria a política econômica numa prática independente de hegemonias doutrinárias, apresentando-se como uma espécie de para os ocidentais. Além do campo teórico, algo sem sombra de dúvida pertencente aos economistas profissionais,

porém, sem distanciar-se dos eminentes a posse pelos . Estes, mais tarde, em sua maioria, se transformariam em severos críticos da por esta não se adaptar a economias ainda em estado maturidade industrial, como algumas da Ásia e da maioria africana e, inclusive, com raras exceções, às exportadoras da América Latina

Nas economias asiáticas, com destaque para as da China e Japão o keynesianismo manteve-se como fundamentação teórica e as justificativas para tanto são plausíveis. Na China, num cenário de limitadas opções, a diversificação de métodos administrativos com tutorias externas, capitais de propriedade de não residentes no país e uma quase livre e total aceitação de práticas de fragmentação de investimentos, haveriam de caracterizar a economia chinesa como uma num contexto que impelia as economias sem distinção de regimes ao internacionalismo.

A economia japonesa, mesmo diante das características históricas autárquicas do estado, internacionalizar-se-ia rapidamente para atender a exigências do processo de industrialização por saltos, que em grande parte albergava-se no poder público. Mesmo assim, essa dependência do poder estatal não chegava a caracterizar a aceitação das principais alternativas keynesianas iniciais pelos agentes econômicos japoneses. A escassez de recursos naturais haveria de manter a dependência econômica e tecnológica junto ao Ocidente. No espaço de 1930 a 1940, as imposições internacionais motivariam o imperialismo econômico-militar, com sérias conseqüências para o equilíbrio político mundial, bem diferente do que se poderia denominar de performance chinesa de então.

A dualidade estrutural chinesa passaria a exigir, em contrapartida, uma organização capitalista, ainda que sob a outorga do monopólio político do PCC e, por conseguinte, da propriedade do estado de considerável parcela dos meios de produção. Entretanto, esta conquista seria compartilhada com agentes privados, que sustentariam a existência de um socialismo de mercado, até então garantidor do cenário econômico chinês atual.

As experiências anteriores de planificação – (1949-1954), da (1949-1951) e do (1957-1960) –

não fortaleceram o estado sob as concepções clássicas ( ou ), apenas serviram de lições comprobatórias de que as economias planificadas estariam fadadas ao fracasso distributivo e à dependência econômica como uma terapia dos insucessos. A dependência seria motivada pela ausência de mecanismos de política econômica factíveis bem como de instituições encarregadas de identificá-los e implementá-los em tempo real, à moda das economias ocidentais.

A ausência de teorização econômica do espaço chinês serviria também para um relativo isolamento político-diplomático de bem como para o acirramento político com a ex-URSS, ao transferir do campo ideológico para a prática os resultados da imitação da governabilidade soviética. O rompimento com Moscou foi gradual, influenciado pela intensidade dos insucessos econômicos e consolidado com a ascensão de Deng Xiaoping (1904-1997), cuja governança (1976-1992) se caracterizaria com a imediata implementação de quatro objetivos nacionais: crescimento agrícola, crescimento industrial; modernização da defesa nacional; e aprimoramento cultural, elementos responsáveis pelo chinês.

A partir de Deng Xiaoping – principal mentor das reformas econômicas liberalizantes do país – e, mais tarde, de Jiang Zemin (1992-2003), movimentos naturais de mercados seriam inseridos no contexto socialista chinês sob anuência do PCC. Novas atenções são direcionadas a Hong Kong, que segundo Deng Xaioping”, ou seja, o governo chinês aceitava a convivência de dois sistemas, capitalista e ‘socialista’, num mesmo país, sob um único governo, mas com diretrizes múltiplas e de convivências, nem todas recíprocas, ainda que sob a égide do PCC.

Jiang Zemin assumiu a presidência em 1993 e governou a China até 2003. Foi o comandante das reformas após a morte de Xiaoping. Sob seu governo, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC, 2002), importantíssimo passo para a integração a China à economia global. A entrada da China na OMC moldaria as práticas exportadoras chinesas distanciando-as das intenções de , bem como do estigma da baixa qualidade dos seus produtos, a preços altamente competitivos, como forma de concorrência com os países ocidentais.

Apesar de um vasto elenco de transformações econômicas, comerciais e da inércia política transformadora, a China manter-se-ia num contexto peculiar, com características ocidentais nos relacionamentos bilaterais, entretanto, longe dos imperativos macroeconômicos que ao longo do tempo quantificariam os principais agregados das economias do Ocidente. Assim sendo, a economia chinesa no que parece um de transformações comerciais, estruturais, mas não políticas, mantém-se à distância, mesmo para mutações que possam, acidentalmente, moldar, o estado.

Até 2007 a taxa de crescimento econômico anual da China esteve situada em torno de 11,0%; e o PIB superior a US\$ 3,4 trilhões. Atualmente as reservas internacionais alcançam US\$ 2,0 trilhões, os que, agregados a outros indicadores situam a China na quarta posição econômica mundial. Os sucessivos movimentos internacionais de capitais, notadamente através de Hong Kong, de Macau e das ZEEs – fixam o liberalismo comercial bem próximo das demandas da globalização – e definem o atual modelo chinês como o de coexistência de múltiplos sistemas econômicos adversos e, com vistas à integração planetária, independentemente da vigência de regimes políticos diversificados.

A economia chinesa ainda é responsável por 27,0% do crescimento econômico mundial. O fechamento de 70 mil fábricas no sul do país responsáveis por uma séria concentração exportadora e considerável volume de emprego; a redução da evolução do consumo de energia de 5,1% para 3,6% em 2008; a perspectiva inflacionária em termos de 9,5% pode levar os ocidentais a admitir que a China já esteja desacelerando a economia, e isto pode influenciar as relações de trocas com a América Latina, particularmente com o Brasil.

Com vistas a dissipar novos impactos na sua economia – a China detém uma relativa influência sobre a dinâmica financeira dos EUA. São de US\$ 1,2 trilhão as suas reservas cambiais alocadas em títulos do Tesouro norte-americano, paralelamente a outros ativos em dólar, que retratam certa responsabilidade no consumista dos EUA. Além de uma modesta contribuição à inflação externa – as autoridades

chinesas decidiram lançar um pacote de US\$ 586 bilhões em investimentos, com vistas a neutralizar expectativas de inserção da economia chinesa no rol dos , já comuns nos dois hemisférios, com o andamento da crise financeira global.

O pacote chinês, por diferenciar-se dos lançados nos EUA e em alguns países da União Européia (UE), não deve ser considerado inovador. Idéia semelhante foi lançada nos EUA durante a crise dos anos 1930, sob olhares keynesianos. Desta feita, os pacotes anticrise lançados nos EUA e na UE objetivaram principalmente a reconquista da liquidez do sistema monetário, mesmo com a implementação de práticas diferenciadas. Estas alcançam os bancos de investimentos, as sociedades de crédito imobiliário, as empresas montadoras, alguns conglomerados financeiros e, por último, a recuperação das bolsas de valores.

Em síntese o pacote chinês visa implementar investimentos em infra-estrutura básica, eliminação de pontos de estrangulamento, projetos de bem-estar social e, em menor escala, atenuações fiscais e monetárias que incidam sobre a remuneração do capital, quotas de empréstimos bancários. Por extensão, objetiva a inserção de novas práticas de financiamentos imobiliários e exportadores de de relativo valor agregado. O pacote pode não ser considerado inovador, mas a decisão, sim. Esta, no atual contexto, merece ainda ser vista não somente como inovadora, mas além de ortodoxa, transformadora do eixo do desenvolvimento chinês ao transladar para o ambiente interno a importância até então centrada no setor exportador, vulnerável a armadilhas da liquidez, tão freqüente nas economias ocidentais.

Resta-nos, entretanto, no atual momento, identificar a origem dos recursos necessários aos novos investimentos básicos, se virão do global das reservas cambiais ou se serão captados nos mercados internacionais via Hong Kong ou através de novas operações das ZEEs. Em ambos os espaços não será possível a China eximir-se dos elevados custos de oportunidade social, devendo os mesmos ser compensados pela eficácia marginal dos capitais investidos, originários dos efeitos multiplicador e

acelerador da renda em consideráveis períodos de inversões. Da mesma forma, vale a interpretação de resultados para as isenções tributárias e monetárias, que definem, também, prévias keynesianas, semelhantes às emanadas da crise de 1929-1933, nos EUA, ambas sob a égide do estado, só que desta vez, Keynes – falecido em 1946 – não esteve em .

Independentemente das expectativas das autoridades chinesas quanto ao sucesso ou insucesso do pacote, existe uma perspectiva adicional. Trata-se da questão ambiental, cujos investimentos a ela destinados poderão ser reduzidos ou levados a uma importância terciária, comprometendo as conquistas sociais já adicionadas ao sucesso do crescimento da economia chinesa. Mais uma vez, a China abstém-se do presente ao ignorar a importância do futuro, isto é, da preservação ambiental, para apostar voluntariamente na defesa da hegemonia econômica e, inadvertidamente, com a UE, apostar na constituição de uma nova ordem econômica mundial,

aceitando, portanto, a assertiva que nós, ocidentais, continuamos todos, keynesianos.

Recebido em 20/02/2009

Aprovado em 23/02/2009

**Palavras-chave:** Crise, investimento, pacote econômico.

**Key words:** Crisis, investment, economic measures

**Resumo:** Este artigo trata do posicionamento da China diante da atual crise financeira global, cujo elenco de medidas de política econômica notabiliza-se pelo enfoque keynesiano.

**Abstract:** This article deals with the China's position over the global financial crisis, whose economic political measures distinguish themselves by the keynesian focus.



## Eleições europeias: um Parlamento Europeu forte atrai os eleitores?

### *European elections: does a strong European Parliament attract voters?*

OLIVIER COSTA\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 10 a 11]

Na perspectiva das eleições europeias de junho de 2009, as autoridades e os serviços do Parlamento Europeu (PE) já se mobilizam para divulgar aos cidadãos a amplitude e as virtudes de sua ação. Aqui se encontra um dos traços mais singulares das eleições europeias, ao qual as campanhas sempre atribuíram uma tripla dimensão. Elas tratam em primeiro lugar – mas de maneira freqüentemente acessória – do balanço e do programa dos partidos e dos candidatos. Elas se articulam, em segundo lugar, em torno de considerações de política interior: como outras eleições consideradas de “segunda ordem”, as eleições europeias são um teste de popularidade para o governo e uma tribuna privilegiada para a oposição e as formações políticas “contrárias à ordem estabelecida”. Por fim, essas campanhas consistem em uma apresentação do Parlamento Europeu e suas atividades. Essa missão pedagógica não apenas faz parte da dinâmica dos serviços da assembleia e dos órgãos nacionais encarregados da campanha pública como é também assegurada pelos candidatos, pelos partidos e grupos parlamentares do PE, que consagram uma grande parte de seus recursos às ações de pedagogia e de mobilização dos eleitores. Todos esses discursos institucionais insistem enfaticamente nos poderes e na influência do Parlamento sobre as atividades da União, a fim de dar sentido ao escrutínio e de lutar contra o abstencionismo crescente que o afeta.

Para as eleições de junho de 2009, a Mesa Diretora do Parlamento Europeu decidiu que a

campanha de informação seria fundada, entre outros, sobre dois princípios. O primeiro é o fornecimento de uma informação neutra sobre o Parlamento Europeu e as eleições europeias – totalmente distinto da campanha orquestrada pelos grupos políticos, partidos e candidatos. O segundo é a focalização dessa informação nos sucessos legislativos do Parlamento Europeu nos assuntos que afetam a vida cotidiana dos cidadãos. O objetivo é mostrar que eles devem participar do escrutínio a fim de que suas opiniões sejam representadas na próxima assembleia. A declaração seguinte do presidente do PE, Hans-Gert Pöttering, ilustra bem essa estratégia: *“As eleições do ano que vem, que se realizam em junho de 2009, são (...) primordiais. Hoje, o Parlamento Europeu é forte e as pessoas devem saber como seu papel é decisivo para o futuro de todos os europeus. É nossa responsabilidade mostrar todas nossas conquistas e explicar como o Parlamento Europeu utiliza seus poderes legislativos a fim de simplificar a vida dos cidadãos. Nós devemos sensibilizar as pessoas a fim de obter uma alta taxa de participação eleitoral”* (24/11/2008).

Assim, seis meses antes das eleições, os deputados e os serviços de comunicação do Parlamento enfeitam seus discursos relacionados a diversos dossiês chave dessa legislatura, como o patenteamento de *softwares* (rejeitado pelos deputados), o regulamento REACH de registro e avaliação de produtos químicos, a diretiva de serviços (chamada Bolkestein) e a diretiva

\* Pesquisador do Conselho Nacional da Investigação Científica (CNRS) no Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, França. É professor convidado do Instituto de Estudos Políticos de Paris e do Colégio da Europa de Bruges, Bélgica (o.costa@sciencespobordeaux.fr).

sobre os serviços postais. Por outro lado, os atores do Parlamento Europeu não mencionam o indicador quantitativo da influência da assembleia, como já aconteceu. De um ponto de vista estatístico, a adoção cada vez mais freqüente de regulamentos e de diretivas pelo PE desde a primeira leitura do procedimento de co-decisão permite efetivamente pensar que os deputados não usam seu direito de emenda e se contentam em avalizar as proposições da Comissão Européia. Os parlamentares são assim confrontados a uma contradição que já afetou o funcionamento interno da Assembleia no final dos anos 80: os ganhos em termos de eficácia funcional têm como custo uma menor transparência. Buscando o melhor ganho possível com o Ato Único Europeu (1986), depois com o Tratado de Maastricht (1992), os deputados modificaram o regulamento interno da assembleia de modo a favorecer os compromissos entre os grupos políticos, e, conseqüentemente, a capacidade do Parlamento de chegar às maiorias necessárias ao exercício de seus novos poderes. Essa evolução traduziu-se em um acréscimo no poder das comissões parlamentares e em uma multiplicação das discretas negociações entre grupos políticos, que ocorrem em detrimento do afrontamento público dos pontos de vista. Ela permitiu ao Parlamento Europeu aumentar sua eficácia no processo decisório, mas prejudicou a clareza de seus trabalhos e suscitou o descontentamento dos eleitos dos “pequenos” grupos – que não estavam associados às transações – e de certos deputados sem cargo específico – que viram sua capacidade de influência individual diminuir. Esse fenômeno contamina hoje as relações interinstitucionais, que se baseiam cada vez mais em encontros discretos entre os representantes das três instituições européias e obrigam o plenário a aceitar a avaliação de alguns de seus membros (presidentes de comissões, relatores, membros do comitê de conciliação).

Para além das interrogações que podem suscitar a falta de transparência e o elitismo desse modo de funcionamento, deve-se perguntar sobre o impacto

de uma comunicação totalmente fundada na “performance” do PE, por meio de uma abordagem inteiramente focalizada nos desafios da negociação institucional. A chamada à mobilização dos cidadãos europeus em nome e em favor de um reforço dos poderes do Parlamento em relação aos da Comissão e do Conselho Europeu tende, com efeito, a ofuscar a dimensão partidária do sufrágio. Assegurar que a assembleia tenha uma forte influência no processo decisório da União não resolve a questão da natureza dos interesses, causas ou idéias em nome dos quais os deputados agem. A evolução desse processo em direção a formas onde predomina a negociação de acordos interinstitucionais a portas fechadas pode reforçar a influência do Parlamento, mas se opõe a uma leitura partidária do funcionamento da União e gera o sentimento que o sistema é, sobretudo, propício à defesa discreta de interesses particulares. O Parlamento Europeu que, procurando uma melhor legitimação a seus “desempenhos” (ou seja, sua capacidade de adotar em tempo e na hora certa textos ou emendas juridicamente coerentes), já pagou o preço da busca pelo consenso internamente, poderia muito bem pagar amanhã o preço da busca pelo consenso no âmbito da União.

Recebido em 15/02/2009  
 Aprovado em 22/02/2009

**Palavras-chave:** Parlamento Europeu. Eleições. Integração

**Key words:** European Parliament. Elections. Integration

**Resumo:** O artigo procurar explicar o paradoxo entre o abstencionismo eleitoral e o progressivo reforço de poderes do Parlamento Europeu.

**Abstract:** This paper aims to explain the paradox between the abstention in the European elections and the progressive power reinforcement in the European Parliament.



# Crise Econômica Global e os Riscos da Escalada do Protecionismo para os Países em Desenvolvimento

## *Global Economic Crisis and the Risks of protectionism for developing countries*

HENRIQUE ZEFERINO DE MENEZES\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 12 a 15]

As projeções feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2009, no que se refere ao nível de crescimento econômico global e ao volume de comércio internacional não são nem um pouco otimistas. Os valores projetados pelos técnicos da instituição adquirem uma roupagem ainda menos agradável quando analisados dentro de um quadro histórico recente, ou seja, quando comparados com anos anteriores. De acordo com o *World Economic Outlook Update*, de novembro de 2008, no ano corrente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial não ultrapassará a marca de 2,2%, enquanto que o volume de bens e serviços comercializados mundialmente terá crescimento de apenas 2,1%. Essa desaceleração dá continuidade a um processo iniciado já em 2008, ano em que o PIB mundial registrou crescimento de apenas 3,7%, enquanto o volume de comércio, que registrava taxas de crescimento elevadas, não ultrapassou 4,6%. Nesse sentido, e confirmando-se as projeções, assistiremos a ruptura de um período que pode ser considerado de crescimento razoável e estabilidade econômica geral. Entre 2003 e 2007, por exemplo, o crescimento do PIB mundial manteve-se em taxas consideráveis, registrando 3,6%, 4,9%, 4,5%, 5,1% e 5,0%. Por sua vez, o crescimento do fluxo de comércio de bens e serviços alcançou marcas como 10,4% e 9,4% nos anos de 2004 e 2006.

A crise desencadeada no mercado hipotecário estadunidense em 2007, que não parou de se

aprofundar no ano seguinte, estendeu-se não apenas geograficamente, como de costume no sistema capitalista, mas alcançou outras áreas da economia, com efeitos maiores em produção e comércio – flagrante no noticiário diário sobre diminuição de produção e crise em setores econômicos tradicionais, com perda de postos de trabalho. Esse contágio, alardeado como o grande risco à economia e ao bem estar mundiais, apesar da ação rápida de Bancos Centrais de países desenvolvidos através de operações de salvamento de bancos privados comerciais e de investimentos – que rapidamente ultrapassaram a casa dos trilhões de dólares – não pode ser evitado e ainda se aprofunda. Esse processo coordenado e multimilionário de intervenção dos países ricos no sistema financeiro global com o objetivo de evitar maiores estragos na chamada economia real, provenientes de imperfeições do mercado financeiro – como ocorrido na crise de 1929, quando as tentativas de ações políticas esbarravam na não-maleabilidade do padrão-ouro e nas divergências entre as potências econômicas da época – para alguns, tem sido encarado como o capítulo final de um período de crença no mercado auto-regulado, nascida e sustentada com o processo de financeirização do capitalismo (Foster, 2006). De todo modo e independentemente das interpretações sobre crises financeiras e intervenção estatal, o cenário atual, de desaceleração econômica e arrefecimento do comércio, aponta ainda para mais um perigo à saúde da economia mundial. E como

\* Professor de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, Mestre em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e Doutorando em Ciência Política pela UNICAMP (hzmenezes@hotmail.com).

também é de costume, os respingos das turbulências e instabilidades globais tendem a se concentrar naqueles que realmente tendem a ter seu sistema econômico enfermo: os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Como alertou o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, em pronunciamentos feitos em final de janeiro e início de fevereiro, os riscos relacionados ao aumento do protecionismo ainda são eminentes e o aprofundamento da crise pode levar os países, respondendo a pressões domésticas, a tomarem medidas nesse sentido. Apesar dos levantamentos feitos pela OMC apontarem para uma situação, nesse momento, ainda não tão preocupante, a cooperação e coordenação entre os Estados, com a participação direta da Organização, devem ser constantes para não haver qualquer retrocesso protecionista, que causaria danos ainda maiores à já debilitada situação da economia mundial. Como expresso pelo Diretor-Geral, *“em períodos de incerteza e medo o apelo por um papel forte dos governos e por regulamentações e intervenções soam bem. Mas para que isso seja positivo, todos os atores devem ter os alvos e inimigos de acordo e agirem conjuntamente. Cooperação global entre os Estados é a questão. Em tempos de crise econômica, o inimigo número um é o isolacionismo”* (LAMY, P. 22/01/2009 – tradução livre)

O governo brasileiro, por sua vez, através de declarações do Presidente Lula e do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tem enfatizado a necessidade de se estimular o comércio internacional e evitar uma corrida protecionista como forma de se minimizar os efeitos da crise econômica global. As declarações brasileiras se direcionam ao mundo desenvolvido e, especialmente, ao governo norte-americano, apontando ainda na mesma direção dos apelos feitos pelo Diretor-Geral da OMC e dos governos de alguns países desenvolvidos, como o Japão, também temeroso em relação a um eventual recuo drástico de suas exportações para os Estados Unidos.

O receio por parte do governo brasileiro não é em vão e ainda reproduz as expectativas de um grupo considerável de países em desenvolvimento,

responsáveis pela maior parte do estímulo ao crescimento econômico mundial recente e que tem suas economias sensivelmente dependentes do comércio internacional. Recorrendo novamente às palavras de Pascal Lamy podemos perceber os riscos à economia mundial e aos países em desenvolvimento no caso de um maior retrocesso nos fluxos comerciais. *A projeção de crescimento mundial hoje é de 0 por cento, com os países desenvolvidos apresentando um crescimento negativo de 2 por cento e os em desenvolvimento um crescimento positivo de aproximadamente 5 por cento. O crescimento positivo dos países emergentes é altamente dependente do comércio. Com a previsão de que o volume das exportações globais irá contrair em torno de 2 por cento, muitos países emergentes já soaram o alarme* (LAMY, P. 22/01/2009 – tradução livre).

O mundo em desenvolvimento, quando analisado em bloco, alcançou nos últimos 6 anos taxas de crescimento econômico expressivamente maiores que os países capitalistas centrais. Somente no ano de 2006, esse conjunto de países teve um crescimento médio de 8,0%, enquanto que a média de crescimento mundial e dos países desenvolvidos ficou em 5,0% e 2,6%, respectivamente. E como já descrito, esse crescimento tem sustentado parte significativa do crescimento do PIB mundial, da mesma forma como é sustentado, em parte, pelo comércio mundial. As exportações para o bloco dos países desenvolvidos, ou seja, a demanda internacional, representa uma parcela significativa do impulso à produção nessas economias.

No último balanço consolidado do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Janeiro a Julho de 2008), a União Européia aparece como o principal destino às exportações brasileiras, absorvendo cerca de 23% dos produtos exportados pelo Brasil. Para os Estados Unidos foram direcionados, no período, 8,1% das exportações brasileiras. Quando analisamos especificamente as exportações de bens manufaturados, de maior valor agregado, apesar do principal comprador desse tipo de bem brasileiro ser os países do Mercosul, a situação torna-se ainda mais delicada. Por dois motivos: a tendência de aumento dessas exportações para os países desenvolvidos e

o risco maior de embargo a esses produtos nesses mesmos mercados.

Levando em consideração a breve exposição acima, duas questões parecem se apresentar. Uma de caráter menos conjuntural e mais teórico-filosófico, por assim dizer, e a segunda expressaria uma possível mudança no cenário internacional, afirmada, inclusive, pela primeira. O que vemos ultimamente é uma grande contradição no discurso das principais economias mundiais, que, como mesmo afirmou Lamy em um de seus pronunciamentos, criaram uma organização internacional pautada pelo livre-comércio e esse entendido, naturalmente, como promotor de desenvolvimento econômico e social (LAMY, 02/02/2009). O discurso livre-cambista e as pressões pela liberalização comercial global estariam sendo contraditas, o que implicaria na falência de um dos dois argumentos: de liderança das potências econômicas mundiais na organização das relações econômicas mundiais ou da tese da tendência natural e racional na direção ao livre-comércio, pois ele seria, em si, igualmente benéfico a toda sociedade dos países e à totalidade de países pertencentes ao sistema multilateral de comércio. Medidas isoladas e de caráter protecionistas – mesmo que não necessariamente tarifárias – como as que vêm sendo pensadas e adotadas pelos países desenvolvidos teriam efeitos contraprodutivos. Vale destacar mais uma vez as ações norte-americanas de subsídios, incentivos fiscais e o programa “*buy American*”. Entretanto, não somente os Estados Unidos têm se direcionado nesse sentido. Apesar das recentes declarações dos países do G-7 de sem comprometerem a não fazer uso de tais medidas e, ainda, retomar as negociações na OMC para conclusão da Rodada Doha, podemos destacar algumas medidas: os incentivos dados a empresas automobilísticas na França e Suécia; incentivos fiscais para a compra de automóveis nacionais na Alemanha; além de outras medidas adotadas na União Européia. A segunda questão, de ordem conjuntural e estrutural, remonta a um período um pouco anterior à eclosão da crise, mas que é nítido nesse momento: a cada vez maior e mais profunda participação de países em desenvolvimento nas decisões globais e o aumento de poder relativo e de decisão desses países em temas

centrais das relações econômicas internacionais – que remonta inclusive à nova situação política em alguns desses países e à importância econômica.

### Referências bibliográficas

- FOSTER, John B. “The Financialization of Capitalism”. *Monthly Review*, vol. 58, n. 11, 2007.
- G-7 compromete-se em retomar rodada Doha. Estado de São Paulo (versão on line). 14/02/2009. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/economia/not\\_eco323901,0.htm](http://www.estadao.com.br/economia/not_eco323901,0.htm)
- G7 concorda em ‘evitar medidas protecionistas’: em Roma, países ricos reafirmam comprometimento com livre-comércio. Estado de São Paulo (versão on line). 14/02/2009. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/economia/not\\_eco323900,0.htm](http://www.estadao.com.br/economia/not_eco323900,0.htm)
- JAPÃO quer impedir medidas protecionistas dos Estados Unidos. Folha de S. Paulo, 10/02/2009
- LAMY, Pascal. WTO is working to mitigate impact of economic crisis on trade. Discurso na United Kingdom’s Department of International Development, em 22 de janeiro de 2009. Disponível em: [http://www.wto.org/english/news\\_e/sppl\\_e/sppl113\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/sppl_e/sppl113_e.htm)
- LAMY, Pascal. Trade is part of the solution to the global economic crisis. Discurso em 02 de fevereiro de 2009. Disponível em: [http://www.wto.org/english/news\\_e/sppl\\_e/sppl114\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/sppl_e/sppl114_e.htm)
- LULA: protecionismo dos EUA pode agravar a crise. Estado de São Paulo, 30/01/2009.
- MAZZUCHELLI, Frederico. “A Crise em Perspectiva Histórica: 1929 e 2008”. *Novos Estudos*, vol. 82, novembro de 2008.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Balança Comercial Brasileira: dados consolidados. Janeiro-Junho de 2008. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. “Crise Economia e Negociações Internacionais: conjecturas sobre a Rodada Doha e o Sistema Multilateral de Comércio”. 2008. Radar do Sistema Internacional. Disponível em: [www.rsi.cgee.gov.br](http://www.rsi.cgee.gov.br)

VIÉS protecionista de pacote EUA não é bom sinal, diz Amorim: 'O protecionismo é talvez a doença mais contagiosa que existe', afirma ministro das Relações Exteriores em Davos. Estado de São Paulo, 30/01/2009.

Recebido em 16/02/2009

Aprovado em 21/02/2009

**Palavras-chave:** crise; protecionismo; países em desenvolvimento

**Key words:** crisis; protectionism; developing countries

**Resumo:** A crise economia internacional trouxe temores sobre uma nova escalada protecionista, que repercutiria fortemente nos países em desenvolvimento.

**Abstract:** The international crisis brought fears about a new protectionist running, which will strongly reverberate in the developing countries.



## Colômbia 2010: Guerra, Paz e Eleições

### *Colombia 2010: war, peace, and elections*

LUIZ ANTÔNIO GUSMÃO\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 16 a 17]

A última entrega unilateral de seis reféns, anunciada em dezembro passado pelas Farc e efetuada com discreto apoio operacional do Exército brasileiro nos primeiros dias de fevereiro de 2009, é um marco na atual conjuntura política da Colômbia.

Após um ano de sucessivas derrotas estratégicas e importantes baixas em sua estrutura de comando (dentre as quais destacam-se a morte de seu fundador, Manuel Marulanda, em maio, e o resgate de Ingrid Betancurt e mais onze reféns políticos, em agosto de 2008), o grupo guerrilheiro sinaliza sua disposição para iniciar negociações de paz. Com isso, deixa ao governo de Álvaro Uribe os custos de assumir a posição de intransigência, num momento em que suas vitórias militares o impelem a intensificar, em vez de diminuir, o cerco militar ao grupo.

Eleito em 2002 com uma campanha baseada em forte crítica ao fracasso das negociações de paz de seu predecessor Andrés Pastrana (1998-2002), Uribe aprofundou a internacionalização do conflito armado pela via da cooperação militar com os EUA, estabelecida com o Plano Colômbia. Segundo dados do *Center for International Policy* (CIP), isso se traduziu na transferência de mais de US\$ 5,5 bilhões nos últimos dez anos para equipamento, formação e treinamento das Forças Armadas no combate a grupos insurgentes. O eixo central de sua política de Segurança Democrática foi o Plano Patriota, lançado em 2003, que permitiu retomar o controle do território nacional com uma estratégia baseada na formação de brigadas móveis e no cerco a cidades ocupadas.

Após sete anos, pode-se afirmar que seu governo foi bem sucedido nesse ponto. Uribe deve a reeleição e o alto nível de popularidade à redução significativa

da violência relacionada à atuação de grupos armados ilegais (atentados, assassinatos, seqüestros), que logrou com a desmobilização dos paramilitares e o cerco militar às Farc. Sua popularidade cresceu a ponto de alimentar, sob concordância tácita do mandatário, um movimento organizado pela liderança de seu partido para realizar uma consulta popular sobre uma emenda à Constituição que permita a reeleição para o cargo de Presidente por três vezes consecutivas.

No entanto, a indefinição premeditada de Uribe quanto à disposição em concorrer novamente pode ter se prolongado demais. Diante de suas declarações ambíguas e repostas furtivas, lideranças partidárias importantes (inclusive da própria base de apoio do governo) começaram a ensaiar o lançamento de candidaturas próprias. A renúncia do ex-ministro da Justiça Carlos Holguín Sardi, em junho de 2008, é um sinal de que o partido Conservador está se movendo nessa direção.

Diante desse quadro, a importância do evento não se resume a um sinal de que o conflito armado que já dura mais de quatro décadas estaria se encaminhando a uma conclusão. Ele traz também implicações para a competição entre os maiores partidos, influenciando o teor das propostas a serem apresentadas aos eleitores colombianos, que deverão comparecer às urnas em maio de 2010 a fim de escolher quem ocupará a Presidência do país. Com o enfraquecimento das Farc, a negociação de um acordo se configura como uma solução razoável, constituindo um tema obrigatório na agenda dos candidatos. Em seus discursos programáticos, eles se diferenciarão pela intensidade das críticas ou pela defesa da política de Segurança Democrática.

A campanha presidencial na Colômbia em

\* Mestrando em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.  
(luizgusmao@gmail.com)

2010, portanto, deverá se polarizar. De um lado, os propositores da continuidade devem argüir a favor do recrudescimento da ofensiva aos guerrilheiros. Para estes, a libertação provaria o acerto estratégico de Uribe em manter uma posição de força para, com base em uma vitória militar, forçá-los à negociação. De outro lado, colocam-se os defensores da desmobilização e incorporação de ex-combatentes do grupo por meio de um acordo semelhante ao negociado com os paramilitares. Estes apontarão para os altos riscos de se manter um conflito com intermináveis ciclos de ataque e contra-ataque que cobrarão mais vidas humanas. A incorporação ao sistema democrático-eleitoral seria a solução necessária para a pacificação.

Nesse embate, corre-se o risco de perder de vista as limitações da abordagem militarista e a necessidade de, desde já, preparar a sociedade para enfrentar dilemas do pós-conflito. Nesse sentido, três pontos não podem ser ignorados no amplo debate público que as eleições devem suscitar:

1) A intensificação do cerco à guerrilha depende da capacidade da Colômbia em extrair recursos da cooperação militar com o novo governo norte-americano. Uribe soube se beneficiar dos trágicos tentados de 11 de setembro de 2001, alinhando-se ao governo Bush em suas controvertida guerra contra o terrorismo. Na atual conjuntura internacional, isso pode se revelar impraticável: os recursos do governo norte-americano estarão fortemente restringidos pelas medidas domésticas de combate à crise financeira.

Além de competir com a urgente crise da segurança pública no México (provocada pela escalada do conflito entre o governo e cartéis da droga rivais) que resultou na Iniciativa Mérida para apoio ao governo mexicano, seria necessário dispender um imenso e duvidoso esforço diplomático para colocar o combate ao narcotráfico na agenda de segurança de Obama como uma questão, no mínimo, estrategicamente tão importante como as frentes de guerra no Afeganistão e no Iraque. Ao contrário do governo Bush, é possível que o democrata esteja mais atento a violações de direitos humanos do que com discursos que vinculem terrorismo, guerrilha e narcotraficantes.

2) É preciso ainda resgatar a imagem pública das Forças Armadas, cuja ação deve estar circunscrita à preservação dos direitos humanos. Para tanto, além da punição exemplar a violações cometidas pelas tropas do governo como no caso dos falsos positivos (extermínio de civis contabilizados como guerrilheiros mortos em combate), será necessário aperfeiçoar a institucionalização do controle civil na atuação do Exército. Algumas medidas nessa direção já foram tomadas pelo ministério da Defesa que anunciou regras para promoção de patentes que não contabilizam apenas a contagem de baixas infligidas, incorporando critérios mais adequados ao estado de direito.

3) Deve-se também prever medidas para dar assistência e restituição de posses das populações deslocadas na medida em que, com a diminuição ou o cessar do conflito, estas retornem aos locais de origem. Novos ciclos de violência poderiam se iniciar caso esses indivíduos encontrem suas propriedades ocupadas e não encontrem mecanismos de restituição ou indenização eficazes bem estabelecidos.

Quem quer venha a assumir sua presidência estará ancorado em posição de força suficiente para impor seus termos à negociação da paz. Cabe perguntar se terá a sabedoria e a previdência para abrir mão de demandas incondicionais, iniciar um diálogo político profícuo e implementar medidas concretas para lidar com os problemas que advirão no pós-conflito.

Recebido em 13/02/2009

Aprovado em 20/02/2009

**Palavras-chave:** Colômbia, Farc, Eleições

**Key words:** Colombia, Farc, Elections

**Resumo:** O enfraquecimento das Farc deve polarizar as eleições de 2010 na Colômbia entre recrudescimento do combate e abertura à negociação.

**Abstract:** As Farc weakens, 2010 elections in Colombia must be polarized between hardliners and peace-makers proponents.

# O fechamento da prisão de Guantánamo e os desafios da nova política externa estadunidense

## *The closure of the Guantánamo prison and the challenges of the new American foreign policy*

JULIA FARIA CAMARGO\*  
ELÓI MARTINS SENHORAS\*\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 18 a 20]

A política de segurança e defesa de um país enquadra-se em um campo estratégico de política pública que é responsável pela manutenção da autonomia e do interesse nacional por meio de um *estado contínuo* que conforma a segurança e *atos isolados* que conformam a defesa.

Embora a reformulação nas concepções estratégicas da política externa de segurança e defesa dos Estados Unidos ainda não tenha passado por transformações na gestão Obama, a introdução de uma série de condicionantes à limitação do poder duro é o indicativo do início da reversão das principais políticas de segurança nacional do governo Bush desde 2002.

Diferente do unilateralismo de políticas duras adotadas durante as duas gestões do governo Bush, a discussão sobre a segurança nacional no governo Obama passa por inflexões claras, ao ressaltar que a vinculação de uma liderança responsável no mundo vincula-se à capacidade dos Estados Unidos projetarem um formato de idéias políticas ou princípios e valores que tenham conexão com aqueles compartilhados pela sociedade internacional.

Partindo da compreensão de que a manifestação explícita de excesso de poder no governo Bush incorreu em ônus desnecessários que erodiram a imagem estadunidense perante o mundo, a reversão dos principais marcos das políticas de segurança nacional da era Bush aconteceu por meio da assinatura de Obama de decretos executivos que estabeleceram o fechamento de prisões secretas sob

comando da Agência Central de Inteligência (CIA) e da prisão militar da Baía de Guantánamo, em Cuba.

Os princípios em que se basearam as ordens presidenciais demonstram que a *tortura* existente nestas prisões não representa um ato moral, legal ou efetivo na guerra global contra o terrorismo e por isso qualquer programa de detenção, interrogamento ou segurança nacional deve estar em conformidade com os padrões de tratamento humano advogados pela Constituição Nacional, pelas Convenções de Genebra e por várias Convenções sobre Tortura.

A proibição de práticas de tortura e a revisão da política de detenção de terroristas em Guantánamo e em outras prisões secretas no mundo, mesmo sendo iniciativas de poder brando que têm o objetivo de oxigenar positivamente a imagem deteriorada dos Estados Unidos no exterior, não representam o fim da guerra contra o terrorismo, pois há um perfil de continuidades ao uso do poder duro em relação à gestão Bush que é legitimado pela permanência de Robert Gates como secretário de Defesa.

Outrossim, os discursos e os atos das primeiras semanas de trabalho da gestão Obama indicam apenas que crescentemente haverá a utilização estratégica de um poder inteligente pela política externa, ao se aproveitar das janelas de oportunidade entre o uso militar coercitivo e unilateral do poder duro *vis-à-vis* ao uso diplomático e multilateral dos instrumentos de poder brando que buscam atrair e persuadir.

Seguindo esse poder inteligente é que se insere a proposta do presidente Obama em fechar a prisão da

\* Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR ([julia@dri.ufr.br](mailto:julia@dri.ufr.br)).

\*\* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR ([eloi@dri.ufr.br](mailto:eloi@dri.ufr.br)).

Baía de Guantánamo, numa tentativa de reconstruir a imagem dos Estados Unidos, bastante deteriorada em quase todas as partes do mundo, conforme pesquisa da Pew Global Attitudes (2008).

Em sete anos de existência, imagens grotescas de torturas, denúncias de maus tratos e incertezas jurídicas estamparam a mídia internacional uma vez que a manutenção da prisão, inaugurada em 2002, pelo Governo Bush como parte das estratégias anti-terrorismo não é respaldada por convenções internacionais e não é permitido à ONU ou a outras instituições multilaterais de assistência humanitária inspecionar as condições da base e o tratamento recebido pelos prisioneiros.

Entretanto, fechar a prisão de Guantánamo, por mais urgente que essa situação se apresente, não encerra automaticamente o duplo ciclo da administração Bush, cujo principal resultado foi a insatisfação mundial com relação aos Estados Unidos em diversos temas que afetam as relações internacionais: meio ambiente, direitos humanos, economia, segurança e defesa. É razoável argumentar que o adeus a Guantánamo faz emergir questões complexas inalienáveis tanto ao poder brando, quanto ao poder duro, uma vez que ainda não foram discutidas nas relações internacionais.

Assim, o problema maior de Guantánamo não é o seu fechamento, mas sim o destino dos presos. Em primeiro lugar, eles vão ser julgados, liberados, ou transferidos? Em segundo lugar, qual o local de transferência dos presos? E por fim, existe um padrão de julgamento pelo qual esses presos deverão passar?

Dos 775 detentos, provenientes de mais de 30 nacionalidades que foram registrados em cárcere em 2002, persistem em Guantánamo, atualmente, cerca de 250 prisioneiros que estão divididos em três grupos. No primeiro estão aqueles cujas evidências para sustentar acusações de crimes de guerra são latentes. Estes, de acordo com a administração Obama, provavelmente, passarão por Tribunais Militares. Ao segundo grupo pertencem aqueles presos que foram liberados para serem soltos, mas não podem ser enviados para seus países de origem devido ao temor de sofrerem represálias por parte de seus próprios governos. Pelo menos cinquenta

prisioneiros provenientes de países como Argélia, China e Rússia encontram-se nessa situação. E ao terceiro grupo pertencem os prisioneiros considerados perigosos, mas contra os quais não há evidências suficientes para processá-los. Com a finalidade de solucionar este impasse, o novo governo Obama está explorando a possibilidade de se criar um corte híbrida com princípios de Corte Civil e Corte Militar.

Junto a essa proposta, países como Canadá, Portugal, Alemanha e Suíça se prontificaram a auxiliar no fechamento da detenção recebendo alguns de seus presos. Entretanto, observa-se que nenhum acordo foi estabelecido para se criarem regras e procedimentos comuns para o tratamento, julgamento e a penalização dos detentos. A ausência de um padrão internacional para lidar com os suspeitos ou acusados de práticas terroristas parece ser a maior dificuldade e fragilidade para as tomadas de decisão com relação à prisão de Guantánamo.

Historicamente, Tribunais Internacionais, como o de Nuremberg e de Ruanda, foram criados perante contextos extremamente complexos que exigiram a formação de um novo conjunto de regras e padrões que pudessem lidar legitimamente em um plano global com o intuito de atingir alguma forma de justiça, reparar traumas e danos e, principalmente, evitar que ações nefastas que chocaram a sociedade internacional se repetissem.

O fechamento de Guantánamo e as incertezas de suas consequências têm feito alguns teóricos refletirem sobre possibilidade de se criar, com o respaldo de instituições internacionais, um tribunal penal internacional para crimes terroristas que pudesse ser baseado em um padrão comum para beneficiar a transparência pública internacional enquanto fórum legal com autoridade para definir e julgar ações terroristas, uma vez que a ausência de normas no tratamento dos detentos de Guantánamo é notória quando se observa que o governo norte-americano denomina estes prisioneiros como “unlawful combatents”, ou seja combatentes que não se enquadram em um conjunto de leis.

Além dos aspectos legais, esta nomenclatura torna-se relevante de acordo com alguns teóricos construtivistas, como Onuf e Kratochwil, que

argumentam que o mundo é social e linguisticamente construído por meio das normas que atribuímos a ele. Em razão da denominação “unlawful combatents” permitir que os detentos não sejam amparados pelas Convenções de Genebra, surge um espaço de monobra para lidar com esses prisioneiros que muitas vezes coloca em xeque a ética, conforme mostrado pela divulgação de fotos e depoimentos dos detentos das prisões de Abu Ghraib e Guantánamo, que retratavam cenas brutais das torturas.

A despeito de Guantánamo representar um campo minado moral e um buraco negro legal que a política externa estadunidense precisa lidar, a construção de um poder inteligente no tratamento desta temática deve se assentar na conjugação de um pragmático projeto multilateral que se baseie em idéias políticas, princípios e valores que tenham conexão com aqueles compartilhados pela sociedade internacional.

Recebido em 12/02/2009

Aprovado em 18/02/2009

**Palavras-chave:** Administração Obama; direitos humanos; Guantánamo.

**Key words:** Guantánamo; human rights; Obama administration.

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar os desafios da construção de um anunciado poder inteligente na nova política externa estadunidense tomando como referência o fechamento da prisão militar na Baía de Guantánamo na gestão Obama.

**Abstract:** This paper aims to analyse the challenges for the construction of an announced smart power agenda in the American foreign policy taking for granted the closure of the military prison in the Guantánamo Bay in the Obama administration.



# A Reforma do Sistema Financeiro Internacional: uma questão de política internacional

## *Reforming the International Financial System: an issue of international politics*

GUNTHER RUDZIT\*  
OTTO NOGAMI\*\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 21 a 23]

A crise que assola a economia mundial pela primeira vez, depois de 1929, em proporções inimagináveis, tem sido tratada praticamente só como um fenômeno econômico-financeiro, quando na verdade, ao contrário do que postulam muitos analistas, também é intrinsecamente um fenômeno político.

Algumas explicações para esta crise já foram aqui levantadas. Logo em outubro tivemos boas explicações sobre a origem dos problemas na economia americana com os títulos *subprime*, seus desdobramentos e possíveis cenários, muito bem colocados por Minillo (2008), ou pela excelente análise por parte de Machado Neto (2008) chamando a atenção de que nenhum país está a salvo de perdas cambiais advindas das turbulências monetárias. Assim como Torres (2008) destacou que, pela primeira vez, ela teve origem no centro do sistema capitalista, e não na periferia. É justamente por essa característica que a discussão até agora tem sido praticamente a de restaurar a confiança no mercado, mas está claro que a arquitetura financeira internacional precisa mais uma vez ser reconstruída.

Desde as grandes navegações, teve início a transformação das diferentes economias regionais em um grande mercado global, o processo que passou a ser chamado de globalização, marcado por diferentes fases (FINDLAY & O'ROURKE, 2007). A atual tem como característica o rápido crescimento do

mercado financeiro que teve impulso com o avanço da tecnologia da informação na década de 1980, mas pode-se afirmar que o principal fator de mudança se deu nas concepções das relações econômicas entre os Estados. Assim, um pequeno retrospecto será muito útil para a compreensão do momento em que vivemos.

Um dos resultados da formação dos Estados modernos *westphalianos* é a legitimidade da soberania, que inclui a criação e manutenção da moeda. Tradicionalmente, e com algumas exceções, dentro de suas fronteiras a moeda local é a única que serviu às funções tradicionais de meio de troca, medida de valor, reserva de valor e padrão de pagamentos diferidos. Assim, com o desenvolvimento do comércio internacional, dada a crescente interdependência entre os países, os governos buscaram mecanismos para facilitar as transações, criando padrões internacionais a serem utilizados na conversibilidade entre as moedas.

Ao longo do século dezenove, foi instituído o chamado Padrão Ouro, no qual o valor das moedas era determinado pelas reservas desse metal que cada Estado detinha. Este sistema passou a ser a referência devido às pressões que o governo britânico fazia para que todos que quisessem negociar com ele tinham que adotar este padrão. Mas, com a grande depressão na década de 1930, muitos países abandonaram o

\* Doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais da FAAP- SP, Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do MBA do IBMEC-SP (grudzit@yahoo.com).

\*\* Mestre em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorando em Engenharia pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do IBMEC-SP (OttoN@isp.edu.br).

modelo e acabaram desvalorizando suas moedas como uma forma de conseguir maior competitividade aos seus produtos, ação que ajudou, entre outras, à eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No final desse conflito, em 1944, os Estados criaram o Sistema Bretton Woods, idealizado com o intuito de dar segurança econômica, estabelecendo um conjunto de regimes e instituições para esse fim.

A base do sistema seria a criação de três organismos para coordenar a economia internacional. A primeira perna seria o Fundo Monetário Internacional (FMI) que seria responsável pela supervisão da manutenção das taxas de câmbio fixas das moedas, tendo como referência o dólar americano. E para os países que tivessem déficits na balança de pagamentos, a instituição ofereceria empréstimos a fim de conseguirem superar as dificuldades, mas que estavam atrelados a políticas macroeconômicas sugeridas pelo Fundo.

A segunda perna era a criação de uma instituição que ajudasse na reconstrução das economias que seguissem a lógica capitalista. O Banco Internacional de Reconstrução foi criado como o gestor dos fundos americanos para ajudar a Europa a se reconstruir, e que ficaram conhecidos como Plano Marshall. Posteriormente, os países em desenvolvimento demandaram também essa ajuda e foi acrescentada a palavra Desenvolvimento, e passou a ser chamado de BIRD. A ele compete financiar projetos do Banco Mundial para projetos de desenvolvimento (o grupo Banco Mundial é composto por cinco instituições: BIRD, AID – Agência Internacional de Desenvolvimento, IFC – Corporação Financeira Internacional, AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e CIADI Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos).

A terceira perna seria responsável por articular o comércio mundial, e seria chamada de Organização Internacional do Comércio. Um projeto para esta instituição chegou a ser aprovado, mas não foi retificado por membros suficientes e assim, as negociações sobre comércio internacional permaneceram no âmbito do General Agreement on Trade and Tariffs (GATT), principalmente por interesse dos Estados Unidos e outros países industrializados.

Bretton Woods funcionou até o ano de 1971, quando o governo de Richard Nixon abandonou a convertibilidade do dólar em ouro e o subsequente colapso do sistema de valor de paridade em 1973 (em reunião do Fundo Monetário Internacional em Kingston na Jamaica). Alguns governos passaram a adotar a paridade a uma moeda enquanto outros a uma sexta contendo várias, ou então até ao extremo, na época, de deixar flutuar. Com isto, o principal papel para a existência do FMI deixou de existir, mas a instituição continuou como último recurso de empréstimos aos Estados.

A partir de então, os governos das economias mais desenvolvidas tentaram coordenar suas políticas macroeconômicas a fim de manter um certo equilíbrio entre eles. Este grupo passou a ser conhecido como G-7, e que contou ainda com a participação do Banco Internacional de Compensações (BIS, em inglês). Aos países em desenvolvimento restou buscar auxílio no mercado privado, lançando seus títulos.

Assim, o Sistema Financeiro Internacional passou de controlado pelos Estados, para um semi-controle, e chegou a ser “privado”. Com os acordos de Basileia 1 e 2 negociados no âmbito do BIS buscou-se uma regulamentação com baixa participação governamental, transferindo a supervisão para os agentes privados, que em tese deveriam se autoregular. Assim, com a atual crise, há uma nova quebra de paradigma.

Pode-se afirmar que esta é a primeira vez que não há potência hegemônica que consiga impor seu padrão (GILPIN (2001)). Tendo em vista que a crise teve início nos Estados do centro do sistema econômico, vai ser muito difícil que as novas economias emergentes, os BRIC, ou ainda numa extensão denominada G-20, aceitem mais uma vez o modelo daqueles. Principalmente que o modelo liberal assumiu o oposto do que estamos vivenciando.

Hoje, há claramente a volta do Estado como um ator importante na economia, e por isso mesmo, cria-se um novo paradoxo de qual modelo de regulamentação deve ser seguido.

Contudo, a posição dos Estados Unidos continua sendo de principal potência, e sem a concordância deste, não há como se conseguir qualquer acordo.

Por tudo isso, saber qual a postura da administração Obama é fundamental, mas a sua atenção está voltada só para o curto prazo, será necessário esperar sua posição para a reunião do G-20 em abril em Londres.

## Bibliografia

FINDLAY, Ronald & O'ROURKE, Kevin H. *Power and Plenty. Trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 144.

GILPIN, Robert. *Global Political Economy. Understanding the international economy order*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 93-100.

MACHADO NETO, José Ribeiro (2008). A crise financeira e a América Latina: pragmatismo sem teses inovadoras, disponível em [<http://meridiano47.info/2008/10/17/o-liberalismo-esta-em-apuros-por-xaman-korai-pinheiro-minillo/#more-453>]. Acesso em: 05/02/2009."

MINILLO, Xaman Korai Pinheiro (2008). O Liberalismo está em apuros?, disponível em [[http://meridiano47.info/2008/10/17/o-liberalismo-](http://meridiano47.info/2008/10/17/o-liberalismo-esta-em-apuros-por-xaman-korai-pinheiro-minillo/#more-453)

[esta-em-apuros-por-xaman-korai-pinheiro-minillo/#more-453](http://meridiano47.info/2008/10/17/o-liberalismo-esta-em-apuros-por-xaman-korai-pinheiro-minillo/#more-453)]. Acesso em 05/02/2009.

TORRES, Heitor F.S. (2008). A Crise Financeira e as economias emergentes, disponível em [<http://meridiano47.info/2008/11/19/a-crise-financeira-e-as-economias-emergentes-por-heitor-figueiredo-sobral-torres/#more-570>]. Acesso em: 05/02/2009.

Recebido em 12/02/2009

Aprovado em 17/02/2009

**Palavras chave:** Economia internacional, Sistema Financeiro internacional, Política internacional.

**Key words:** International economy, international finance system, international politics.

**Resumo:** A crise econômica denota a necessidade de mudança no Sistema Financeiro Internacional, quando, pela primeira vez, não há uma potência hegemônica.

**Abstract:** The economic crisis shows the necessity for change of the International Finance System, when, for the first time, there is no hegemonic power.



# Uma política de defesa nacional

## *A National Defense Policy*

JOÃO FÁBIO BERTONHA\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 24 a 28]

Como alguém que, nos últimos anos, tem pedido insistentemente a formulação de uma Política Nacional de Defesa (PND) que servisse de guia para as políticas públicas na área, só posso ficar extremamente satisfeito com a publicação do dito documento, pelo governo federal, em dezembro do ano passado. No presente artigo, pretendo comentá-lo, mas não me preocuparei em resumir o documento e nem discutirei as implicações para cada força ou seus detalhes. O que me interessa, acima de tudo, é examinar seus aspectos gerais, positivos e negativos, e discutir a sua aplicabilidade.

As premissas do documento me parecem corretas. Defesa, no Brasil, sempre foi um assunto ignorado e/ou marginalizado, especialmente entre os civis. Para a esmagadora maioria da população, a hipótese de uma guerra é quase zero e não valeria a pena, portanto, gastar tempo e energia a respeito. Além disso, dadas as lembranças da ditadura militar, quaisquer referências ao assunto, especialmente na Academia, soavam mal e isso colaborava para tornar o tema exclusividade militar e no final da fila da agenda nacional.

No entanto, como bem coloca o documento, a realidade hoje é outra. Está mais do que na hora de superar as heranças do passado. Uma nova geração está no comando das Forças Armadas e não há sentido em culpá-la pelos erros da ditadura. Diálogo e debate são mais do que bem vindos. Ao mesmo tempo, ainda que a hipótese de uma agressão militar ao Brasil seja remota, a questão da defesa nacional vai muito além disto e é chegado o momento de discutir seriamente o tópico.

O primeiro ponto do documento que me chamou a atenção foi a sua ênfase no domínio tecnológico

de áreas sensíveis, como a nuclear, a cibernética e a espacial. O papel da tecnologia tem sido, nos últimos séculos e ainda mais hoje, fundamental para garantir a eficiência militar e qualquer programa de defesa nacional que não contemple esses requisitos seria inócuo. O PND enfatiza a todo instante essa necessidade e esse é um ponto forte do mesmo, indicando como seus elaboradores entenderam para onde caminha a guerra no século XXI.

Nesse ponto, aliás, discordo de algumas pessoas que criticaram, no documento, a determinação em desenvolver a tecnologia nuclear e a recusa em aderir a acréscimos ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Não há nenhum indício, no escrito, de que se propõe a construção de uma arma atômica ou mesmo o rompimento com o TNP, o que seria realmente errôneo. Apenas registra-se o descontentamento brasileiro com os dois pesos e duas medidas deste e ressalta-se que devemos dispor da tecnologia para nos capacitarmos nuclearmente se preciso for. Ou seja, o documento mantém a política pacífica do Brasil frente ao átomo, mas enfatiza a posição do país e deixa aberta as opções para o futuro.

A maior integração dos civis ao sistema militar (e vice-versa) é outro ponto a ser destacado, até porque indica claramente a necessidade dos civis assumirem seu papel como definidores, em última instância, das questões de defesa e a subordinação dos militares aos poderes civis. Pede-se, também, por uma legislação mais clara no que se refere ao uso da força militar para a defesa dos poderes e da ordem instituída. Isso pode abrir brechas perigosas, mas, num país onde a democracia sempre foi abalada por intervenções militares, a simples busca de legislação que discipline isto já é um bom sinal.

\* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

A avaliação que o documento faz da situação das forças armadas brasileiras no presente momento também é, em essência, correta: equipamento precário e ultrapassado tecnologicamente, concentração de tropas em áreas estrategicamente menos sensíveis, pouca coordenação entre as várias forças, compras baseadas em oportunidades e não em necessidades, sistema de mobilização deficiente, complexo industrial militar quase inexistente e dependência, em equipamentos e tecnologia sensíveis, do exterior.

Algumas das soluções apresentadas também são de difícil discordância: ênfase na defesa da Amazônia, com conseqüente desconcentração das forças armadas e remoção de unidades de São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados centrais; maior coordenação entre as várias Armas, incluindo política de compras comum e, onde for possível, harmonização do equipamento e ênfase em flexibilidade e agilidade, com uso maciço de tecnologia.

Também válido, no PND, o reconhecimento de que é impossível, para um país com as limitações econômicas do Brasil, ser forte em todos os setores, com o conseqüente estabelecimento de prioridades de atuação para cada Arma. E estas prioridades também são, a meu ver, exatamente as corretas no momento atual, ou seja, a negação do uso do mar territorial por potências hostis, a vigilância e controle do espaço aéreo e a formação de brigadas do Exército móveis e flexíveis para ação imediata em todo o território nacional, mas com ênfase na região Norte.

Afirmo que as prioridades estão corretas porque refletem muito bem as reais possibilidades econômicas do país e seus principais desafios de segurança no momento atual. O maior risco potencial à segurança do país, hoje, está na fronteira norte e a transferência de unidades militares para lá, com especial ênfase para brigadas móveis, unidades navais de porte médio e pequeno e aviões de vigilância e caça, é uma necessidade. Outro risco potencial é a ameaça ao mar territorial e a resposta óbvia e mais barata para isto são submarinos. Os movidos a diesel poderiam dar conta da tarefa, por serem águas costeiras, mas os nucleares podem dar muito mais credibilidade e viabilidade a esta política de negação do mar a potenciais inimigos.

Um Brasil muito mais rico e poderoso e que tivesse obrigações internacionais muito mais sérias poderia necessitar, quem sabe, de grandes unidades blindadas com tanques e blindados de último tipo, esquadras nucleadas em porta-aviões capazes de projetar poder em outros continentes ou mesmo grandes forças aéreas, com centenas ou milhares de aviões, para desfechar golpes em profundidade num provável inimigo. Para um país ainda pobre, cercado de amigos e sem grandes riscos de invasão, as prioridades acima definidas são as melhores.

O documento, portanto, tem estes pontos fortes. Pede colaboração entre militares e civis e destaca a necessidade de atualização tecnológica. Também define claramente os problemas das forças, indica as prioridades e estabelece as linhas de ação visando a solução dos primeiros e o atendimento das segundas. Mesmo assim, ele peca, dentro da minha análise, de algumas debilidades estruturais que diminuem um pouco o seu valor.

O primeiro senão que faço é que, apesar de o documento estabelecer prioridades, permanecem algumas propostas que fogem das mesmas e representam desvio de recursos e esforços.

Uma delas é a de que a Marinha terá que continuar mantendo alguma capacidade de projeção de poder. Não é um objetivo absurdo e é até desejável. O único problema é que projetar poder é das tarefas mais complexas e caras para uma Marinha, pois implica não apenas num Corpo de Fuzileiros Navais em permanente prontidão como mencionado no texto (o que é óbvio), mas navios de grande porte e algum tipo de navio- aeródromo. O documento menciona que "a Marinha dedicará especial atenção ao projeto e à fabricação de navios de propósitos múltiplos que possam, também, servir como navios-aeródromos. Serão preferidos aos navios-aeródromos convencionais e de dedicação exclusiva." Seria uma saída, mas mesmo estes navios custam caro e fica a pergunta se haverá como dar conta dessa tarefa suplementar sem prejuízo da essencial.

Nesse ponto, e considerando-se que a maior necessidade de projeção de poder brasileira fica na América do sul, talvez fosse mais racional simplesmente preparar algumas das brigadas móveis

previstas para o Exército para ação além fronteiras, nos nossos entornos, seja para proteger brasileiros ameaçados por convulsões no Paraguai ou na Bolívia, para defender os interesses nacionais nos campos de gás bolivianos ou em Itaipu ou mesmo para, numa ação coordenada, por exemplo, com a Colômbia, avançar contra as FARC em território colombiano.

Perceba-se que não estou propondo estas ações militares nas vizinhanças como necessárias ou mesmo defensáveis. Pelo contrário. Mas são opções militares que deveriam estar na mesa do presidente da República no caso de necessidade e que demandam mais esforços do Exército e da Força Aérea do que da Marinha. Quaisquer projeções de poder naval brasileiro se dariam, provavelmente, em conjunto com a comunidade internacional, pelo que porta-aviões, mesmo pequenos, são menos necessários agora. No futuro, quando o país tiver uma política global, serão essenciais. Mas, por agora, fica a dúvida se são necessários e praticáveis e se não desviariam recursos das tarefas essenciais que o próprio documento atribui a Marinha.

Do mesmo modo, busca-se reverter a tendência de profissionalização das Forças Armadas em favor do recrutamento compulsório e até mesmo o fortalecimento dos Tiros de Guerra. Uma posição compreensível dentro de uma visão das Forças Armadas e, especialmente, do Exército, como construtor da nacionalidade e formador do cidadão. Mas questionável se o objetivo é formar unidades móveis, altamente treinadas e dotadas de meios tecnológicos avançados. Afinal, mesmo sendo verdade que o recrutamento militar proporciona mão-de-obra a custo baixo, tais soldados são de eficiência militar discutível e comprometem recursos que seriam mais bem empregados na meta prioritária, ou seja, as brigadas móveis. Assim, num contexto de recursos limitados, fica a dúvida se é uma diretriz sábia.

Outro momento em que a visão de prioridades e possibilidades parece desbalanceada é quando se decide que o reequipamento das forças armadas enfatizará tanto a atualização tecnológica como a máxima nacionalização possível dessa tecnologia. Impossível discordar desta posição, ao menos em linhas gerais. No entanto, fica pendente a questão da sua operacionalidade.

Um exame do documento implica que o Brasil, sozinho ou em parceria estratégica com um ou mais países, irá fabricar (ou adquirir, mas com transferência integral de tecnologia) um caça de quinta geração, ao mesmo tempo em que será comprado um substituto temporário para a manutenção do escudo aéreo nacional. Ao mesmo tempo, o país se dotará do já mencionado submarino nuclear, armamentos inteligentes, veículos aéreos não tripulados, sistemas sofisticados de comando e controle de informações, equipamentos de guerra eletrônica e outros tipos de armamento de primeira linha.

O custo para adquirir toda essa gama de equipamento na quantidade mínima necessária no mercado internacional seria imenso. Se for para desenvolver toda essa tecnologia no Brasil, praticamente a partir do zero na maior parte dos casos, então, seria simplesmente exorbitante. Apenas países com imensos recursos econômicos e/ou com um complexo industrial militar já desenvolvido podem se dar ao luxo de se equipar preferencialmente com material bélico nacional e manter-se na corrida tecnológica. A União Européia e a Rússia poderiam entrar nesta categoria apenas parcialmente e mesmo a China compra boa parte do seu material militar no exterior.

O único país que consegue dar conta dessa tarefa são os Estados Unidos, mas sabe-se o montante a que chega o orçamento militar daquele país. Se meu entendimento do documento é correto e espera-se realmente que sejamos capazes de participar da corrida tecnológica militar mundial a partir de um maciço investimento do Estado, podemos esperar um aumento exponencial do gasto público. A grande pergunta, portanto, é de onde virão os recursos para tanto.

Em resumo, estabelecem-se prioridades adequadas, mas já se deixam as brechas para que elas não sejam seguidas e/ou transforma-se tudo em prioridade. Sendo assim, mais uma vez, há o risco de continuarmos a tentar fazer tudo com recursos escassos, o que não gerará, com certeza, a eficiência pretendida pelo formuladores do projeto. A não ser, claro, que se aumentem as despesas militares como porcentagem do PIB a níveis estratosféricos, o que parece pouco provável.

Outra crítica que faço ao documento é que algumas de suas premissas mais, digamos, filosóficas, me parecem pouco realistas, caindo quase na ingenuidade, o que faz com que este perca credibilidade.

A primeira delas é a afirmação de que as forças armadas serão organizadas “em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra.”

Enquanto linha de princípios, tal proposição está correta, indicando como prioridade a capacitação e não o preparo para uma situação específica. No entanto, fica a dúvida se isso é realmente possível. Normalmente, políticas de defesa são pensadas, ao menos em linhas gerais, a partir dos inimigos ou desafios imediatos ou previsíveis. Será a brasileira a única que, ao menos dentro do meu conhecimento, será formatada em outros termos?

Depois, algumas das próprias propostas indicadas no documento já evidenciam, no fundo, os inimigos em potencial que estão sendo identificados. Ao privilegiar a defesa e o controle do espaço aéreo e das fronteiras amazônicas, por exemplo, o desafio identificado são as guerrilhas, traficantes e contrabandistas que penetram pelas porosas fronteiras do norte, o que parece bastante razoável.

Ao indicar como prioridade, além disso, a proteção do mar territorial e da Amazônia, parece clara uma visão de que a maior ameaça potencial ao Brasil, fora as localizadas mencionadas no parágrafo anterior, seria algum tipo de invasão para a conquista das riquezas naturais da plataforma continental (leia-se petróleo e gás) e da Amazônia por grandes potências. A ênfase no preparo para uma guerra assimétrica, “a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior (...) que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia”, também indicam claramente isto.

Acredito que esta avaliação é correta. Agora, se pensarmos no único país, hoje, que tem condições militares de tentar controlar nosso mar territorial e invadir a Amazônia com poder militar avassalador, estes seriam os Estados Unidos e parece ser este

o “inimigo” contra o qual boa parte da PND foi preparada.

Considero a hipótese de invasão americana, no mínimo, questionável, senão absurda, pelo menos no momento atual. Mas a conquista dos nossos recursos naturais seria realmente o grande chamariz para uma possível invasão ao país e não é impossível que, no futuro, outros países adquiram a capacidade de projeção de poder dos EUA de hoje. São, pois, sensatas as propostas feitas no documento. O que não dá é para negar que, lá no fundo, há sim inimigos sendo projetados e pensados. Não mencioná-los com clareza é, diplomaticamente, compreensível, mas causa estranheza afirmar que a política de defesa nacional é formada sem o pensamento de possíveis inimigos. Defesa implica, ao menos até certo ponto, em um “outro” a ser combatido, anulado ou dissuadido e a do Brasil não é e nem pode ser diferente.

Também vem daí minha dúvida sobre a capacidade do Brasil em integrar as políticas de defesa da América do sul, como proposto. As necessidades de defesa e o “outro” a ser combatido não são os mesmos para Brasil, Venezuela, Colômbia, Chile e outros. Podemos até conseguir alguma coordenação e um diálogo profícuo, mas uma integração maior me parece pouco provável, como já destaquei em outros artigos.

Por fim, a premissa básica do documento é a de que o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo, o que é um sonho e uma ambição praticamente eterna nas elites do país. O curioso é a afirmação que ele lá chegará, mas “sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.”

Esta premissa é, no mínimo questionável. Um país que se recusa a exercer poder é um país que não terá voz nos centros decisórios do mundo e que, portanto, não chegará ao primeiro plano. Não que seja obrigatória a constituição de um “Império brasileiro” que tratará seus subordinados a ferro e fogo e dominando outros povos. Claro que não. Mas estar no topo do mundo é ter poder e exercê-lo e se recusar a fazê-lo é simplesmente voltar à base e até ser até manipulado pelos outros.

Recordo aqui o famoso teórico das relações internacionais Raymond Aron que, em seu livro *Paz e Guerra entre as Nações*, que demonstrou como existem Impérios e hegemonias. Quando uma unidade política adquirisse tal proeminência que todas as demais perderiam sua autonomia e não contariam mais como centros de decisão política, teríamos o Império. Já quando uma unidade política tivesse uma superioridade incontestável sobre as outras, mas não procurasse absorver as mesmas, nem abusasse de seu poder, teríamos um Estado hegemônico, capaz de garantir seu domínio, mas que não ambiciona ao Império.

Assim, um Estado que ambiciona uma posição de destaque no mundo não pode simplesmente se recusar a exercer poder. Não precisamos criar um Império, como já mencionado, e nem colocar nossos vizinhos numa hegemonia que só nos beneficie. Mas alguma capacidade de liderança, hegemônica, tem que ser exercida, até para o bem comum. A União Européia, por exemplo, vai anexando países com a promessa de estabilidade e progresso e, nesse processo, vai formando uma unidade onde todos cedem ao centro e onde todos ganham. Mas há poder – o dos euros, da sedução da riqueza, do risco de ser esquecido - sendo exercido e vários países nas periferias da Europa estão quase implorando para se colocar sob a hegemonia do bloco.

Assim, ao imaginar que o exercício do poder é automaticamente algo negativo e a que o Brasil renuncia para todo o sempre, simplesmente perdemos a nossa credibilidade frente aos vizinhos e a comunidade internacional. Em alguns momentos, aliás, será que não é este um dos problemas do Brasil na América do Sul? Temos tanto medo de sermos chamados de imperialistas que alguns vizinhos se aproveitam disto para conseguir (ou tentar conseguir) concessões, como a Bolívia, o Equador ou o Paraguai

e renunciamos a exercer nosso papel de árbitro até mesmo em conflitos que nos interessam diretamente, como o das “papeleras” entre Argentina e Uruguai. Assim como autoridade não é autoritarismo, exercer poder não é automaticamente imperialismo e esquecer estas distinções pode se tornar complicado.

Mas, enfim, entre pontos positivos e negativos, a simples formatação do documento é um imenso avanço para a área, simplesmente porque temos, agora, um bom e sólido ponto de partida para a discussão e, talvez, a sua rediscussão. A única coisa que me preocupa é que, salvo engano, as manifestações e análises a respeito, desde dezembro, foram poucas e superficiais. Isto é um mau sinal, já que indica como o tema da defesa nacional continua a despertar interesse diminuto ou mesmo nulo entre a maioria da população, o que é lamentável.

Recebido em 06/02/2009

Aprovado em 16/02/2009

**Palavras-chave:** Defesa; Brasil; Segurança.

**Key words:** Defense; Brazil; Security

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é discutir a recém apresentada “Política Nacional de Defesa” e apresentar críticas e sugestões ao mesmo. A questão das prioridades na defesa nacional, a aplicabilidade das propostas e seu embasamento conceitual serão especialmente enfatizadas.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the document – Política Nacional de Defesa - recently presented by the federal government and make some criticisms and suggestions to it. The question of priorities in national defense, the applicability of the proposals and their background will be particularly stressed.



# Globalização e Corrupção

## *Globalization and Corruption*

MARCO CEPIK\*  
HELENA JORNADA\*\*  
LUIZA SCHNEIDER\*\*\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 29 a 31]

Um dos primeiros atos do presidente Barack Obama foi restringir os salários dos executivos das empresas que receberam ajuda do governo federal. Na atual crise econômica mundial, marcada por tantos escândalos de corrupção no mundo corporativo, em países tão diversos quanto a Alemanha, China e Estados Unidos, bem como por certa falência moral dos governos do neoliberalismo à islandesa, vale lembrar dos vínculos estruturais entre corrupção e globalização.

Afinal, a expansão do espaço de atuação lícita e ilícita dos agentes econômicos e políticos traduz uma das lógicas modernas mais importantes e pervasivas. Os três tipos ou dimensões de poder que viabilizaram este processo foram, justamente, a persuasão, a coerção e a corrupção (que Arrighi – 1996 - associou ao uso estratégico dos meios de pagamento, ou seja, ao dinheiro).

As Guerras do Ópio, travadas no século XIX entre China e Grã-Bretanha, demonstraram de maneira cabal o quanto a relação entre globalização e corrupção é forte. Produzido na Índia e vendido aos chineses pelos britânicos, o ópio estava destruindo as finanças públicas e as estruturas da própria sociedade chinesa. Para tentar conter o alastramento desse problema, o governo chinês decidiu proibir a importação da droga, causando a indignação da Coroa Britânica. Tal fato resultou na Primeira Guerra do Ópio, que forçou a abertura dos portos chineses ao

comércio britânico e a entrega de Hong-Kong para a Grã-Bretanha, além de ter incentivado o contrabando desse narcótico.

Já a Segunda Guerra do Ópio instaurou o caos e a integração total da China ao sistema imperialista. A corrupção que se instalou no país e que resultou na sua decadência obviamente não ocorreu apenas devido ao contato com os comerciantes europeus, que vislumbraram através do comércio com aquele país a oportunidade de obter lucros extraordinários através de atividades ilícitas, mas certamente foi potencializada pela presença de poderosos corruptores.

Desde a crise sinalizadora da década de 1970 observou-se um novo momento desse processo histórico. Com o aprofundamento da internacionalização econômica nas esferas da produção, do comércio e das finanças nos últimos vinte anos, não apenas as vantagens da atual fase financeira do ciclo de acumulação capitalista se tornaram evidentes, mas também os problemas associados. Ou seja, o estabelecimento de um mercado financeiro integrado globalmente, com ferramentas, sofisticadas e regulamentação escassa proporcionou novas oportunidades para que, seguindo a denominação do Banco Mundial, ganhos privados ilícitos fossem obtidos pelo abuso de poder de meios públicos ou privados.

Com o final da Guerra Fria, ficou claro que a corrupção não se restringia mais às fronteiras de

\* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (marco.cepik@ufrgs.br).

\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT-UFRGS).

\*\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT-UFRGS).

cada país, mas que se manifestava em todo o espaço onde as relações econômicas e políticas capitalistas se realizavam, independentemente da natureza privada ou burocrática do tipo de capitalismo predominante em cada região. O escândalo da empresa Enron, em 2001, quando investidores foram levados a aplicar seus recursos em uma empresa falida, capaz de criminosamente esconder isso graças a fraudes na contabilidade, foi o exemplo mais gritante de um comportamento que se tornara a consequência lógica da ideologia triunfalista da década anterior.

As mudanças tecnológicas e a emergência de um sistema financeiro digital e eletronicamente integrado permitiram que a corrupção permeasse também o meio virtual. No começo dos anos 2000, o volume de dólares transacionados diariamente no mercado financeiro já era quase cem vezes maior do que o transacionado no mercado de bens e serviços, sendo que não existe ainda qualquer regulamentação internacional efetiva sobre esses recursos. O imenso volume e a rapidez com a qual tal quantia se movimenta tornam muito difícil um controle efetivo, oferecendo oportunidades para ganhos ilícitos através da corrupção e para riscos de crise e pânico financeiro.

Devido a estas inúmeras possibilidades de operar por dentro das complexidades do próprio sistema, o tráfico de drogas e o terrorismo, problemas crescentes do início do século XXI, puderam prosperar não como ameaças anti-sistêmicas, mas como sub-produtos da própria "globalização". A lavagem de dinheiro e o uso de paraísos fiscais, tanto por narcotraficantes como por corruptos ou grupos terroristas deixa patente tal conexão.

O que também fica claro é a associação de agentes públicos e privados para o alastramento da corrupção a nível internacional, sendo as empresas internacionais muitas vezes agentes propagadores importantes. O avanço dessas grandes empresas para novos mercados, geralmente países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, possibilita que as mesmas se aproveitem de uma organização estatal mais frágil para facilitar suas operações, ignorando parâmetros legais e ambientais dos países onde se instalam. O agravante é que em grande parte dos casos,

as companhias realizam esses atos ilícitos com a anuência de seus governos de origem.

Essa questão remete a um último aspecto, o da relação entre corrupção e nível de desenvolvimento econômico e político dos países. Aqui cabe destacar o problema da direção da causalidade, ou seja, de se saber se o baixo desenvolvimento econômico de determinados países pode causar níveis de corrupção nas esferas públicas e privadas, ou se a corrupção é de fato um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico. O problema, na verdade, é compreender os mecanismos de um círculo vicioso, onde corrupção e pobreza se retroalimentam numa espiral invertida.

Enquanto as iniciativas que resultaram em organizações internacionais não-governamentais como a Transparência Internacional, ou mesmo iniciativas tomadas por organizações internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OCDE e a própria ONU, indicam que a globalização da corrupção gera externalidades negativas em quantidade suficiente para mobilizar uma parcela da sociedade em torno de uma agenda contra a corrupção, ainda resta por reconhecer o papel estrutural da corrupção na própria globalização do sistema capitalista e, neste contexto, o papel dos agentes corruptores na redução da autonomia dos Estados e da soberania popular.

## Referências

- FORBES, Kristin J. Comment on "Securities Transaction Taxes and Financial Markets". IMF Staff Papers (2003) Vol. 50, Special Issue.
- FURTADO, Lucas Rocha. A Comunidade Internacional e a corrupção transnacional: razões para combater a corrupção. Revista da CGU.
- GLYNN, Patrick; KOBRIN, Stephen; NAÍM, Moisés. The Globalization of Corruption. Institute for International Economics (1997). Disponível no sítio: <http://www.iie.com>
- MARTELL, Luke. The third wave in Globalization Theory. International Studies Review (2007) 9, 173–196.
- MILANOVIC, Branko. Globalization and the Corrupt States. Yale Center for the Study of Globalization (2007). Disponível no sítio: <http://www.ycsg.yale.edu/>

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Consultado pela última vez em 21/02/2008.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.imf.org>. Consultado pela última vez em 21/02/2008.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Consultado pela última vez em 21/02/2008.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.transparency.org>. Consultado pela última vez em 21/02/2008.

Recebido em 09/02/2009  
Aprovado em 13/02/2009

**Palavras-chave:** Globalização; Corrupção; Política internacional

**Key words:** Globalization; Corruption; International politics

**Resumo:** O artigo analisa os fundamentos políticos estruturais da alta incidência de casos de corrupção governamental e empresarial na atual crise econômica mundial.

**Abstract:** In this article we discuss the political structural foundations of the high prevalence rate of corruption cases amongst private companies as well as governments during the ongoing international economic crisis.



## Reversões na política energético-ambiental estadunidense: *do estado de laissez-faire ao green enforcement*

### *Reversion in the US energy and environmental policies: from the state of laissez-faire to green enforcement*

PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO\*  
ELÓI MARTINS SENHORAS\*\*

Meridiano 47 n. 103, fev. 2009 [p. 32 a 34]

O meio ambiente deixou de ser um assunto de natureza doméstica de caráter puramente tecnocêntrico e passou a ser de interesse internacional com um caráter também eco-cêntrico, sendo contemplado nos programas políticos dos Estados bem como no âmbito da sociedade internacional, ensejando a proliferação de vários tratados e convenções internacionais.

O crescimento do número de regimes internacionais ambientais demonstra que na integração do sistema-mundo existe um genuíno caráter geopolítico nos acordos e normas internacionais que pressupõe compromissos transfronteiriços dos Estado-Nações referentes à sustentabilidade do meio ambiente nas escalas nacional e global advindos do crítico período histórico de crise ambiental atual.

Durante o regime ambiental do protocolo de Kyoto, o padrão de relacionamento internacional dos Estados Unidos frente aos demais países no globo tornou-se hobbesiano à medida que as duas administrações do presidente George W. Bush não aderiram às normas acordadas internacionalmente para diminuição das emissões de gases na atmosfera que corroboram para o aquecimento global ou tão pouco se preocuparam em estimular pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias em energias limpas.

Porém, o discurso e as ações do presidente recém-empossado, Barack Obama, sinalizam uma

pretensiosa reversão na política energético-ambiental estadunidense em relação à controversa agenda política de Bush, uma vez que a linha das reformas políticas prometidas se concentra, no plano nacional, em diminuir o consumo de combustíveis fósseis, buscando fontes alternativas para a produção de energias limpas, e, no plano internacional, em um compromisso presidencial dos Estados Unidos aderir à ratificação do novo tratado climático que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir da Conferência das Nações Unidas para a Mudança Climática de Copenhague em 2012.

O presidente Obama escolheu um time altamente competente para colocar a agenda energético-ambiental em prática já no início de sua gestão, tendo se mostrado muito disposto a trabalhar para reverter a imagem negativa deixada por Bush.

No final de 2008, o presidente recém-eleito anunciou o físico especialista em fontes alternativas de energia e ganhador do Nobel da Paz (1997), Steven Chu, como seu secretário de energia, além de uma série de nomes do alto gabarito na comunidade científica norte-americana e críticos das ações do governo anterior como conselheiros e diretores das principais agências reguladoras e representações administrativas de energia e meio ambiente.

No plano do discurso, os objetivos da política energético-ambiental passam pelo corte de 80% do nível registrado das emissões de dióxido de carbono

\* Mestre em relações internacionais e doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. (patinasser@yahoo.com.br).

\*\* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufr.br).

em 1990 até 2050 através de um endurecimento do sistema *cup and trade*, ao fazer com que os poluidores paguem ainda mais pelas permissões de emissão de gases a fim de que a receita gerada com as licenças possa ser investida em pesquisas de tecnologia limpa, criando os chamados *green jobs*.

O discurso eleitoral prévio já apontava para o aumento no investimento na produção de biocombustíveis, no aperfeiçoamento das tecnologias para o uso da biomassa e em fontes renováveis de energia para diminuir o consumo de combustíveis fósseis, medidas estas que estão diretamente relacionadas à mudança da matriz energética americana, que hoje é dependente da importação de petróleo do Golfo Pérsico, o que explica a forte intervenção do país naquela região.

Ademais, Obama já apontava para uma maior abertura à negociação multilateral dentro das Conferências das Nações Unidas e por meio do apoio à criação de um Fórum Global de Energia que deverá se reunir periodicamente para discutir questões de energia e meio ambiente, ao incluir o G7 (principais países industrializados) e os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e México, como principais países em desenvolvimento.

No plano da ação, o presidente Barack Obama já assinou em 26 de janeiro de 2009 decretos executivos que representam uma profunda reversão nas políticas energético-ambientais de seu antecessor, ao permitir, em primeiro lugar, que os Estados estabeleçam limites mais rígidos contra as emissões de poluentes por veículos, e, em segundo lugar, que o Departamento de Transportes aumente as exigências de economia de combustível para veículos a partir do modelo 2011.

Os decretos executivos assinados por Obama partem de uma leitura das políticas públicas nacionais atreladas à questões de segurança ambiental global e a conceitos como regime ambiental, interdependência, sensibilidade e vulnerabilidade, que importam na conjuntura de crise ambiental atual e no jogo político das relações internacionais, mas que desagradam a muitos atores nacionais, como é o caso do setor automobilístico.

Embora reafirme que a maior responsabilidade com o meio ambiente inevitavelmente fará parte do

futuro das empresas e dos Estados, assim como já acontece na Califórnia, a agenda da administração Barack Obama procura diminuir a dependência do petróleo estrangeiro construindo uma nova economia que gere mais 400 milhões de empregos em energias limpas e alternativas, e por isso o presidente sabe que insistir em aprovar leis desse teor é uma atitude arriscada para alguns setores, porém necessária.

Mesmo que o presidente Obama tenha dado sinais claros ao Legislativo que buscará padrões mais rígidos adiante, resta saber como essas promessas poderão ser empreendidas, uma vez que as *estratégias de choque* ou as *estratégias graduais* incorrem em efeitos positivos e negativos tanto para aprovação política como para operacionalização.

De um lado, as *estratégias de choque* incluem a necessidade imediata de investir em novas tecnologias capazes de produzir energia limpa e de responder às pressões para redução das emissões carbono. Se o investimento na produção de novas tecnologias gera novos empregos em áreas ainda pouco exploradas, todavia, para ser iniciado prontamente, um grande e arriscado pacote econômico precisa vencer os *lobbies* das grandes empresas e ser aprovado no legislativo, o que demandará que Obama coloque em prática toda a sua habilidade política.

Se empregos “limpos” serão criados na área energética, outros “sujos” serão destruídos, por isso, os interesses econômicos que se formam em torno do comércio de combustíveis fósseis são imensos e vão desde a indústria de carvão e a produção de eletricidade até o petróleo e a indústria automobilística. Assim, não é surpreendente que as tentativas de reduzir o consumo de combustíveis fósseis vá de encontro à tamanha resistência de alguns grupos nos Estados Unidos.

De outro lado, as *estratégias graduais* incluem passos mais curtos, porém simbólicos, por meio de menores cobranças pelas emissões de carbono e investimentos em pesquisas de energia “limpa”, cujas ações implicariam em mais tempo para alcançar as metas desejáveis.

Embora agradem a muitos grupos lobistas, essas estratégias contrariariam a opinião dos cientistas que dizem que o mundo não tem muito tempo para

pensar ou agir com lentidão quando se trata de meio ambiente, pois quanto mais rápido for a ação, maiores serão os efeitos positivos da redução das emissões.

Um dos maiores dilemas da Administração Obama é que mesmo adotando uma terapia de choque ambiental ou protelando ações importantes em regimes ambientais internacionais com a implementação de planos energético-ambientais menos ambiciosos, ambas estratégias não retiram os Estados Unidos do papel de vilão-mor do planeta diante da comunidade internacional, tampouco encorajaria China e Índia a agir de modo a também reduzir as emissões de gases-estufa.

Recebido em 01/03/2009

Aprovado em 03/02/2009

**Palavras-chave:** Administração Obama, energia, meio ambiente

**Key words:** Energy; environment; Obama administration

**Resumo:** O presente artigo objetiva mostrar que a administração do presidente Barack Obama sinaliza uma pretenciosa reversão na política energético-ambiental estadunidense em relação à controversa agenda política de Bush por meio de ações nos planos nacional e internacional.

**Abstract:** This paper aims to demonstrate that the Barack Obama administration points out an ambitious reversion in the energy and environmental policies in comparison to the controversial political agenda of the Bush administration through actions in the national and international arenas.

